

Relatório de Atividades da Escola do Legislativo | 2015



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO 2015



Goiânia | Dezembro de 2015

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA

Deputado Helio de Sousa
Presidente

Deputado Nédio Leite
1º Vice-Presidente

Deputado Lincoln Tejota
2º Vice-Presidente

Deputado Henrique Arantes
1º Secretário

Deputado Marquinho Palmerston
2º Secretário

Deputado Humberto Aidar
3º Secretário

Deputado Paulo César Martins
4º Secretário

DIRETORIA

Fabiano Gomes de Oliveira
Diretor-Geral

Joel Sant´anna Braga Filho
Diretor Administrativo

Marcos Martins
Diretor de Articulação Política

Frederico Fonseca Nascimento
Diretor de Assuntos Institucionais

Túlio Isac Carneiro
Diretor de Comunicação Social

Carlos Henrique Santillo
Diretor da Escola do Legislativo

San Thiago Garcia de Araújo
Diretor Financeiro

Paulo Tadeu Bittencourt
Diretor de Informação e Divulgação da
Presidência

Wolney Wagner de Siqueira Júnior
Diretor Legislativo

Rubens Bueno Sardinha da Costa
Diretor Parlamentar

Leonardo José Arantes
Diretor de Planejamento Estratégico e
Qualidade

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Deputado Helio de Sousa
Presidente

Carlos Henrique Santillo
Diretor da Escola do Legislativo

Miguel D. Gusmão Filho
Chefe da Seção Pedagógica

Maurício B. Paranaguá
Chefe da Seção de Projetos Especiais

Hernesto Lins Pimentel Carneiro
Chefe da Seção Administrativa

Relatório de Atividades da Escola do Legislativo / Ano 2015.

Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Escola do Legislativo,
2015 - 60 páginas.

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

Endereço: Alameda dos Buritis, nº 358, Setor Central
Goiânia - Goiás. CEP 74.015-080
Fones: (62) 3221-3199
(62)3221-3162
Portal: escola.al.go.leg.br
email: escola@assembleia.go.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Palácio Alfredo Nasser - Alameda dos Buritis, 231 - Setor Oeste
Goiânia - Goiás - CEP: 74115-900
Fone: (62) 3221-3000

Publicação da Escola do Legislativo

Texto e edição - Escola do Legislativo

Fotos

Sérgio Ricardo Sandes Rocha

Escola do Legislativo

Criação, formatação e revisão

Seção de Design Gráfico

Impressão

Sumário

Apresentação	9
1. Escola do Legislativo: educação e democracia	11
2. Educação para a Cidadania	19
3. Capacitação de servidores	27
3.1. Informática	31
3.2. Legislativa.....	32
3.3. Administrativa	33
3.4. Segurança do Trabalho e Polícia Legislativa	34
3.5. Desenvolvimento Pessoal	35
3.6. Jurídica.....	35
3.7. Línguas.....	36
3.8. Política e Sociedade.....	36
4. Integração com outras Casas Legislativas	41
5. Outras atividades	45
5.1. Reestruturação da Biblioteca da Escola.....	47
5.2. Mudança do Laboratório de Informática para a Escola do Legislativo	47
5.3. Proposta de Revisão do Regimento Interno da Escola do Legislativo	47
5.4. Participação em audiência pública do Conselho Estadual de Educação – CEE, sobre a regulamentação das Escolas de Governo	48
5.5. Capacitação da Polícia Legislativa	48
5.6. Outras mudanças organizacionais.....	59
Agradecimento aos Colaboradores	51
Equipe Técnica	55

Apresentação

O presente relatório tem como principal objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás durante o ano de 2015.

O relatório inicia com o texto *Escola do legislativo: educação e democracia*, que descreve resumidamente a origem da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, abordando os objetivos que essa possui e o papel dessas Escolas, com o propósito de refletir sobre sua trajetória e missão institucional.

A segunda parte, intitulada *Educação para a cidadania*, trata da realização de atividades educativas com o propósito de colaborar para educação política da comunidade, como meio de aproximação com a Assembleia Legislativa, tendo como meta o fortalecimento do Parlamento e do Estado Democrático de Direito.

A terceira parte, *Capacitação de servidores*, apresenta informações sobre atividades, organizadas em oito áreas temáticas, de capacitação do servidor público da Assembleia Legislativa, com vistas ao aperfeiçoamento parlamentar.

A quarta parte, *Integração com outras Casas Legislativas*, aborda ações e iniciativas realizadas pela Escola no intuito de promover a integração, por meio de intercâmbios, cursos, seminários e outros, entre as Casas Legislativas brasileiras, tanto federais (Senado e Câmara dos Deputados), estaduais (e distrital) e municipais.

A quinta e última parte apresenta outras atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo ao longo do corrente ano.

1. Escola do Legislativo: educação e democracia



1. Escola do Legislativo: educação e democracia

O presente ensaio busca contextualizar o surgimento e a atuação da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Adverte-se que este não possui como objetivo constituir uma explanação exaustiva dos elementos institucionais envolvidos no processo de sua criação e de atuação, limitando-se ao convite reflexivo de pensar a origem e o papel institucional da Escola do Legislativo goiano.

Em 22 de junho de 2004, por meio da Resolução n. 1.164¹, durante a presidência do Deputado Célio Silveira, o então Centro de Estudos do Poder Legislativo Deputado João Divino Dorneles² foi transformado em Escola do Legislativo.

Apesar da supracitada resolução autorizar a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa a regulamentar a então instituída Escola, apenas em 20 de maio de 2009, com a Resolução n. 1.267³, durante a presidência do Deputado Helder Valin, foi alterada a estrutura organizacional da Casa, inserindo a Escola do Legislativo, que passou a ser constituída por dois Conselhos (Gestor e Escolar), Presidência, Coordenação Geral e as Seções Pedagógica, Administrativa e de Projetos Especiais.

Em 28 de março de 2011, por Ato da Mesa Diretora⁴, presidida pelo Deputado Jardel Sebba, foi estabelecido o Regimento Interno da Escola do Legislativo, deliberando sobre os objetivos, competências, atividades e demais disposições.

Após o mencionado ato, a Escola do Legislativo passou a ter propósito, consolidando institucionalmente sua existência na estrutura organizacional da Assembleia Legislativa, com programas e objetivos.

Disto se depreende que apesar da origem da Escola do Legislativo goiana datar formalmente do ano de 2004, somente em 2011, sete anos depois, foi estabelecida sua finalidade, passando a desenvolver suas ativi-

¹ Diário da Assembleia – Órgão do Poder Legislativo do Estado de Goiás, n. 9.523, de 24 de junho de 2004, p.2.

² João Divino Dorneles (1933-1993), natural de Hidrolândia-GO, advogado, foi Deputado Estadual pelo MDB (1975-79) e Deputado Federal pelo PMDB (1983-87).

³ Diário da Assembleia – Órgão do Poder Legislativo do Estado de Goiás, n. 10.765, de 05 de junho de 2009, p.1-2.

⁴ Diário da Assembleia – Órgão do Poder Legislativo do Estado de Goiás, n. 11.252, de 10 de agosto de 2011, p.21-28.

dades com maior visibilidade após a inauguração de sua sede, em 29 de fevereiro de 2012.

Em 2015, a Escola do Legislativo adquiriu *status* de Diretoria⁵ na Administração da Assembleia Legislativa, estando vinculada diretamente à Presidência da Casa.

Considerando os objetivos descritos no artigo 2º do supracitado Regimento Interno da Escola do Legislativo, pode-se perceber que sua existência visa propiciar: I) educação política para a comunidade, como meio de aproximação com o Parlamento, tendo como meta o fortalecimento deste; II) capacitar o servidor público da Assembleia Legislativa e aperfeiçoar a atividade parlamentar; III) promover a integração, por meio de intercâmbios, cursos, seminários e outros, entre as Casas Legislativas brasileiras, federais (Senado e Câmara dos Deputados), estaduais (e distrital) e municipais.

Parece interessante, ou mesmo inevitável, tendo em vista esse breve histórico, refletir sobre o papel da Escola do Legislativo enquanto Escola de Governo do Poder Legislativo Estadual goiano.

O Brasil testemunhou na década de noventa significativo movimento de surgimento e de organização de Escolas de Governo, especialmente pelo Poder Executivo, associado a criação de instituições voltadas para o planejamento e a execução de atividades destinadas ao aperfeiçoamento, atualização e formação de seus quadros.

Nesse contexto, o debate sobre Escolas de Governo, genericamente entendidas como organizações que promovessem a formação e qualificação de seus próprios servidores, seja pela realização da própria Escola, ou por meio da contratação e/ou parcerias com outras instituições, tais como universidades, resultou na Emenda Constitucional n. 19/98, cujo texto possui a seguinte redação:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (CF, Art. 39, § 2º).

Assim, percebendo o propósito institucional de vincular a Escola do Legislativo ao aperfeiçoamento e à capacitação de seus servidores, buscando oferecer suporte conceitual de natureza técnica aos parlamentares e aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, pode-se

⁵ Resolução n. 1.494, de 11 de março de 2015, disponível Diário da Assembleia – Órgão do Poder Legislativo do Estado de Goiás, n. 12.103, de 12 de março de 2015, p.32-44.

vislumbrar a aptidão da experiência desenvolvida, no âmbito do legislativo estadual goiano, em constituir-se futuramente em Escola de Governo.

Apesar de considerar a Escola do Legislativo goiana teoricamente possível de ser entendida como parte das Escolas de Governo, instituídas no âmbito do poder legislativo brasileiro, guardada sua distância das experiências legislativas pioneiras⁶, dotadas de maior *expertise*, investimento e estrutura, deve-se ressaltar que há limitações, inclusive jurídicas, a serem superadas. Exemplo dessas limitações está no fato da capacitação oferecida aos servidores do legislativo não constituírem requisitos para a promoção na carreira, como previsto no texto constitucional e observado por MELO⁷ (2015).

Outrossim, retomando os objetivos da Escola do Legislativo, tratando-se de atividades de educação para a cidadania, a educação política voltada para a comunidade, como meio de aproximação com o Parlamento, tendo como meta o fortalecimento deste, cumpre-se uma importante tarefa no esclarecimento e na propagação do papel e da relevância do Poder Legislativo Estadual.

A educação, na perspectiva de estimular e promover a cidadania, com práticas educativas que permitam conhecer e vivenciar a própria Assembleia Legislativa, cumpre um propósito ímpar, ao mesmo tempo envolvendo jovens e adolescentes no cotidiano institucional da Casa, colaborando para a complementação do direito social à educação e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Como indica Ruth Schmitz de Castro⁸, Gerente-geral da Escola do Legislativo/ALMG:

Uma educação que deseja a cidadania. Mas que Cidadania? Cidadania como um conceito aberto, polissêmico, que se reconfigura em cada contexto, que gira em torno do estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, que lhe confere direitos e obrigações e explicita seus vínculos e compromissos com o mundo que se deseja construir e preservar, com a

⁶ Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1992), Instituto do Legislativo Brasileiro – ILB, do Senado Federal (1997) e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR (1997).

⁷ MELO, William Maximiliano Carvalho de. *As Escolas do Legislativo no Contexto de Modernização do Parlamento Brasileiro: Um Estudo de Casos Múltiplos: EL-ALMG, CEFOR, ILB-INTERLEGIS*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Gestão de Políticas Públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

⁸ CASTRO, Ruth Schmitz. *Comunicação Pública, Escolas do Legislativo e aproximação entre Poder Legislativo e Sociedade*. Artigo apresentado no XXVI Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, São Paulo, de 4 a 6 de novembro de 2015.

continuidade das gerações e com a solidariedade entre contemporâneos (Castro, 2015. p.8).

Essa educação para a cidadania, nos termos supracitados, constitui um dos principais propósitos das Escolas do Legislativo brasileiras, distinguindo e especificando-nos de outras Escolas de Governo.

Ao longo do corrente ano, a Seção de Projetos Especiais se empenhou em realizar atividades junto a instituições de ensino goianas, de nível médio e superior, incluindo os estudantes que realizam estágio na Assembleia Legislativa, como público-alvo de suas ações.

Por outro lado, o objetivo de promover a capacitação dos servidores públicos da Assembleia Legislativa, colaborando para o aperfeiçoamento da atividade parlamentar também se destacou enquanto propósito da Escola.

Importa salientar que as atividades de capacitação interna desenvolvidas no âmbito da Escola do Legislativo tendo como público-alvo seus servidores, que além de resultar em economia de recursos, frente a estratégias de capacitação externa, apresentam consideráveis vantagens. Tais como o fato dessas atividades de capacitação serem orientadas para o atendimento de necessidades próprias da Assembleia Legislativa, constituindo processos educativos voltados para particularidades institucionais da Casa, além de contribuir para a integração e sinergia dos servidores e departamentos envolvidos.

Como observa Rildo Cosson⁹, Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – Cefor, tratando de cursos oferecidos por Escolas do Legislativo:

É importante destacar que tais cursos respondem tanto pela área administrativa, como atividade-meio, quanto pela área legislativa, como atividade-fim. É essa dualidade que faz as escolas transcenderem o lugar de setor de recursos humanos da administração e assumirem uma feição de escola de governo, caracterização, aliás, que serve de justificativa jurídica para a instalação da maioria das escolas (Cosson, 2008. p.46).

Cabe ressaltar que a capacitação dos servidores das Assembleias Legislativas, realizada por Escolas do Legislativo, contribuem igualmente com o aperfeiçoamento e ampliação do quadro de colaboradores responsáveis pela realização das atividades educativas de servidores, tanto enquanto

⁹ COSSON, Rildo. *Escola do Legislativo, Escolas de Democracia*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

professores e instrutores, como na produção e divulgação de conhecimento específico do campo Legislativo.

A capacitação externa, não realizada por Escolas do Legislativo, poderia ser orientada para a formação e aperfeiçoamento do quadro de colaboradores da Escola do Legislativo, resultando na qualificação de servidores que atuariam como propagadores e produtores de conhecimento especializado, sobretudo naquilo que se refere ao conhecimento relacionado a atividade-fim do Poder Legislativo.

Nesse sentido, a Seção Pedagógica procurou organizar e realizar atividades de capacitação com a colaboração de servidores de diversos órgãos da Assembleia Legislativa, atuando na identificação de potenciais professores e instrutores no intuito de propiciar a melhor propagação de conhecimento especificamente orientado às particularidades da Casa.

Por fim, importa salientar que a promoção da integração entre as Casas Legislativas, por meio de intercâmbios, cursos, seminários e outros, esteve entre as principais preocupações da Diretoria da Escola no corrente ano.

Visitas técnicas foram realizadas no intuito de viabilizar convênios que sirvam de instrumentos para a realização de cursos, seminários e outras atividades educativas que permitam integrar com este fito a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás com outras Casas legislativas brasileiras.

Ao longo de 2015, foram visitados pelas chefias que compõem a Escola do Legislativo o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – Cefor, o Instituto do Legislativo Brasileiro – ILB, do Senado Federal e a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

As mencionadas visitas técnicas além de estabelecer contato com instituições que são referência entre as Escolas do Legislativo brasileiras, propiciou a oportunidade de conhecer o funcionamento e a estrutura de outras Escolas, bem como, atividades, metodologias e estratégias educativas bem sucedidas.

Nesse sentido, recupera-se o destaque explicitado na Carta de Vitória, resultado do encontro da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, realizado na capital capixaba em 10 de junho de 2015:

Destacamos a necessidade de constante valorização dos talentos humanos das Casas, da colaboração entre os servidores efetivos, os comissionados e os agentes públicos, para que cada vez mais possamos integrar as atividades dos

Parlamentos e das Corte de Contas, e a sociedade possa reconhecer o trabalho desenvolvido, por todos que fazem o poder representativo o balizador da democracia, do fortalecimento das instituições e da cidadania. (Carta de Vitória, ABEL, 10/06/2015).

Destarte, considerando o detalhamento das atividades apresentadas a seguir no presente relatório, ressalta-se o compromisso da Escola do Legislativo em perseguir seus objetivos institucionais e contribuir para o fortalecimento da Democracia e do Poder Legislativo.

2. Educação para a Cidadania



2. Educação para a Cidadania

Engajados em suprir os anseios advindos da criação e implementação da Escola é que a Seção de Projetos Especiais desenvolveu, nos primeiros meses do ano (2015), o projeto de reestruturação da Seção, adequando à realidade política e financeira da Casa e à real finalidade da Escola, de aproximação da sociedade com o Poder Legislativo.

Após a reestruturação, a Seção de Projetos Especiais, atenta ao Regimento Interno da Escola, que prevê nos incisos III e IV do artigo 29 o **"Programa de Aproximação do Legislativo com o Ensino Médio e Superior"**, desenvolveu, no transcorrer deste ano (2015), os seguintes projetos: "Escola no Legislativo" e "Estagiário Cidadão".

Ambos os projetos vislumbram a aproximação dos educandos de nossa sociedade com o Legislativo.

As onze edições, realizadas em 2015, do primeiro projeto, denominado "Escola no Legislativo", trouxeram ao Parlamento goiano, quinhentos e vinte e nove alunos do ensino fundamental, médio e superior, de instituições de ensino público e privado, apresentando-lhes, em uma visita guiada por monitores da Escola do Legislativo, as principais dependências da Casa Legislativa, destacando-se o Salão Nobre Henrique Santillo, o Plenário Getulino Artiaga e o Auditório Solon Amaral. Na ocasião, os visitantes, além de conhecerem a importância e a função destas dependências para os trabalhos legislativos, também conheceram um pouco da trajetória política de ex-Deputados homenageados que nominam espaços/partes da sede do Poder Legislativo estadual.

Após conhecerem as principais dependências da Assembleia Legislativa, os alunos, considerando o número de visitantes, foram conduzidos ao Auditório Costa Lima ou à Escola do Legislativo, onde participavam de duas palestras: a primeira, ministrada pelo historiador e servidor da casa, professor Mauricio Barbosa Paranaguá, versando sobre a "História do Poder Legislativo", destacando sua Origem, Função e Importância, em nível de História Geral e do Brasil; e a segunda, ministrada pelo cientista político e

também servidor da casa, professor Miguel Donizete Gusmão Filho, abordando o tema: “O Poder Legislativo e a Elaboração das Leis”.

Ao término das palestras do projeto “Escola no Legislativo” foi disponibilizado aos visitantes um questionário de avaliação ilustrativa, para que os alunos e professores pudessem expressar sua opinião sobre a visita e os conteúdos abordados.

As avaliações dos participantes das onze edições do projeto “Escola no Legislativo”, realizadas no ano de 2015, possibilitaram a conclusão de que o projeto cumpriu com os seus objetivos satisfatoriamente¹⁰, promovendo, principalmente, a aproximação entre educandos e Legislativo, contribuindo para a conscientização política e desenvolvimento de uma educação para a cidadania junto às crianças e aos jovens que participaram das visitas.

Adaptando o projeto “Escola no Legislativo”, a Seção de Projetos Especiais desenvolveu e aplicou o projeto “Legislativo na Escola”, ideia essa oriunda de um convite feito pela UNIFEMES (Universidade da Fundação Integrada Municipal de Ensino) – Centro Universitário de Mineiros, unidade de Trindade/GO, para participar do evento acadêmico: II Semana Universitária e Colóquio Jurídico, nas dependências da Câmara Municipal de Trindade. Essa adaptação do primeiro projeto visou, também, promover a aproximação entre os universitários e a estrutura Legislativa.

Assim, no dia 05 de maio de 2015, o servidor legislativo, professor e historiador Maurício Barbosa Paranaguá, participou da II Semana Universitária e Colóquio Jurídico da UNIFEMES – Centro Universitário de Mineiros, unidade de Trindade/GO, ministrando aos acadêmicos o conhecimento sobre a evolução histórica do Poder Legislativo, com o tema “Origem, Função e Importância do Poder Legislativo”.

Essa vertente do projeto que associa a escola e o Parlamento, continuou dando ênfase à educação e à conscientização política dos universitários, que, além de cidadãos que elegem seus representantes, terão, em breve, em consequência de sua formação em Ciências Jurídicas (Direito), a possibilidade de galgar cargos e elaborar teses que influenciarão direta e indiretamente na estrutura do Poder Legislativo e na elaboração das leis.

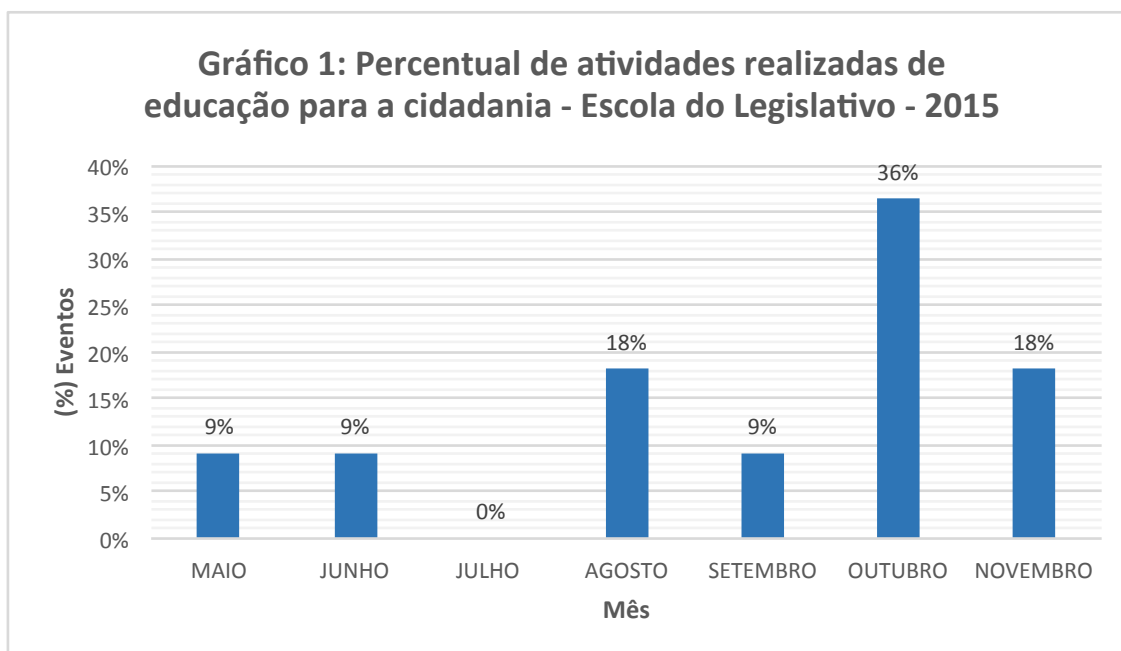
O segundo projeto “Estagiário Cidadão”, desenvolvido nos períodos matutino e vespertino do dia 25 de junho de 2015, também direcionado ao objetivo da Escola de aproximar o Legislativo da sociedade, através da educação para a cidadania, vislumbrou contribuir para que o estagiário que presta serviços neste Poder, desenvolva um conhecimento que contribua

¹⁰ Todas as atividades mencionadas nesse relatório possuem relatórios específicos e detalhados, disponíveis no portal da Escola do Legislativo (<http://al.go.leg.br/instituicao/escolalegislativo>).

para a formação de uma consciência de cidadania e de comprometimento do jovem nas questões políticas de nosso Estado e da Nação brasileira.

O aludido projeto abordou duas temáticas diferenciadas e ao mesmo tempo interligadas. A primeira, através de uma palestra ministrada pelo professor Mauricio Barbosa Paranaguá, proporcionou ao estagiário a oportunidade de conhecer a trajetória do Poder Legislativo, desde os primórdios do surgimento do Estado até a contemporaneidade da história da humanidade e também a história do Legislativo brasileiro, com seus avanços e retrocessos. A segunda temática, abordada pelo professor Miguel Donizete Gusmão Filho, proporcionou ao estagiário um conhecimento mais profundo do papel do Parlamento, passando pelas principais etapas do processo Legislativo, da organização e competência da Mesa Diretora, bem como do funcionamento das Comissões Parlamentares.

Ao analisar o gráfico 1, a seguir, que reporta à quantidade de edições do projeto “Escola no Legislativo” realizadas ao longo do ano de 2015, percebe-se claramente que, durante o primeiro semestre de 2015, a quantidade de edições foi bem inferior às ocorridas no segundo semestre. Tal situação se explica devido a posse da atual Diretoria da Escola do Legislativo, ter ocorrido no mês de fevereiro e, durante os primeiros dias, a mesma ter se dedicado a fazer um levantamento geral da situação da Escola e ao



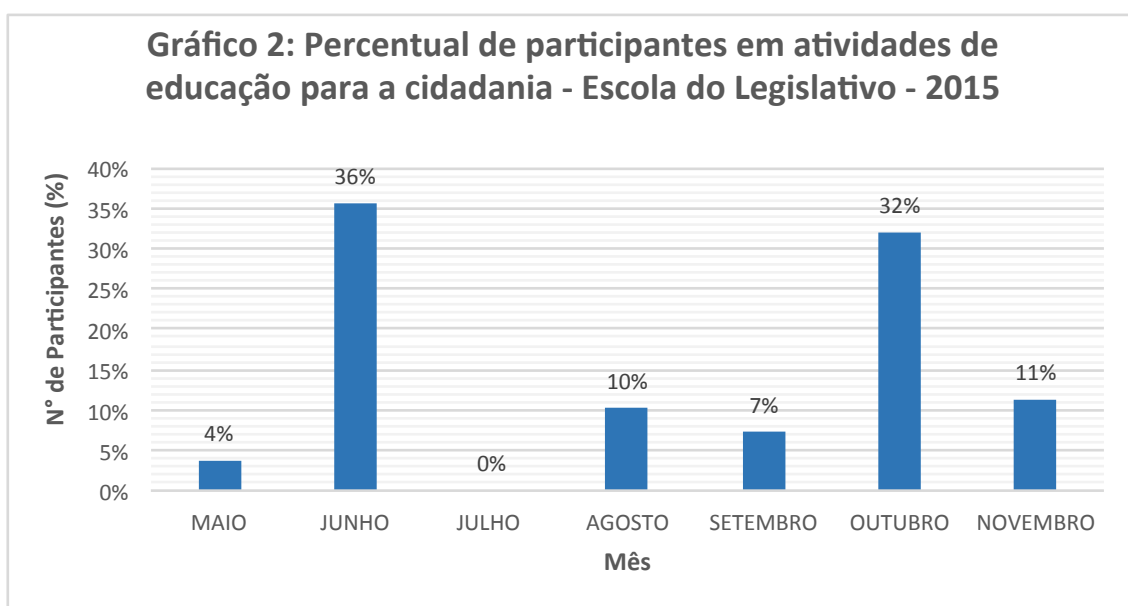
planejamento e à elaboração de projetos a serem propostos e executados pela nova Diretoria.

Apesar do Projeto Escola no Legislativo possuir originalmente a previsão de oferecer transporte e lanche aos participantes, em decorrência da crise econômica atual e de contenções de despesas, não foi possível realizar em 2015 ações oferecendo os mencionados serviços.

Assim, a Seção de Projetos Especiais da Escola do Legislativo, entrou em contato, através de telefone e e-mail, com a direção e coordenação das escolas de ensino fundamental, médio e superior, do município de Goiânia e do Estado de Goiás, apresentando o referido projeto, ressaltando sua importância para o estudante e as condições para que a escola inscrevesse sua participação.

Devido aos motivos ressaltados acima, que demandou tempo para o planejamento e execução e, embora, dezenas de diretores terem ressaltado a relevante importância do conteúdo do projeto para a formação de seus educandos, muitos dirigentes de escolas, alegando dificuldades em financiar o deslocamento de seus alunos até a Assembleia, adiaram e até mesmo desistiram de efetivar a inscrição de suas escolas no referido projeto.

Considerando o gráfico 2, que reporta à quantidade de participantes por mês, observa-se que nos meses de junho e outubro houve a maior presença de alunos. O fato do mês de junho possuir maior frequência se justifica por seu público ser constituído por estagiários da Casa, sobre as



quais a não oferta de transporte e lanche por parte da Assembleia tem menor influência.

A seguir, são relacionadas as atividades desenvolvidas nos projetos, supramencionados, elaborados e aplicados pela Seção de Projetos Especiais durante o ano de 2015.

**Tabela 1: Atividades de Educação para Cidadania
Escola do Legislativo – 2015**

Edição	Escola	Data	Participantes	Carga horária
1ª Edição	FASAM Direito	21/Maio	20	3 horas
2ª Edição	Estagiário Cidadão	25/Junho	188	3 horas
3ª Edição	Escola Nova Vida	25/Agosto	22	3 horas
4ª Edição	Escola Sesi Vila Canaã	31/Agosto	32	3 horas
5ª Edição	Escola da Providência	15/Setembro	38	3 horas
6ª Edição	FASAM Emancipar	06/Outubro	37	3 horas
7ª Edição	PUC Direito	14/Outubro	56	3 horas
8ª Edição	ESUP	02/Outubro	38	3 horas
9ª Edição	Esc. Angelina Pucci Limonge	27/Outubro	38	3 horas
10ª Edição	Colégio Est. Castro Alves	05/Novembro	38	3 horas
11ª Edição	PUC Relações Internacionais	19/Novembro	22	3 horas
Total			529	33 horas

3. Capacitação de servidores



3. Capacitação de servidores

Entre os objetivos da Escola do Legislativo destaca-se a capacitação do servidor público da Assembleia Legislativa, com vistas ao aperfeiçoamento da atividade parlamentar. Ou seja, trata-se da promoção de atividades educativas com o propósito de capacitar os servidores da Casa.

A Escola do Legislativo, ao longo de 2015, realizou 26 atividades de capacitação, em parceria com diversos órgãos da Assembleia, totalizando quase 80 turmas, em um total de 126 horas/atividades, com cerca de 1.400 participantes.

Importa observar que em todas as atividades de capacitação desenvolvidas pela Escola do Legislativo em 2015 foram distribuídos questionários de avaliação, com preenchimento voluntário pelos participantes, garantindo o anonimato e a livre manifestação. Essas avaliações registraram opiniões significativamente positivas¹¹, apontando para o cumprimento satisfatório dos objetivos propostos pelas atividades.

Para tanto, no início do ano, a Escola do Legislativo elaborou plano de capacitação organizado em oito áreas, tendo como referência a manifestação de Diretores e Secretários da Assembleia Legislativa e a consulta por meio de enquete aos servidores, realizada em maio de 2015.

As oito áreas temáticas mencionadas são as seguintes: 1) Legislativa, 2) Administrativa, 3) Jurídica, 4) Política e Sociedade, 5) Informática, 6) Desenvolvimento Pessoal, 7) Segurança do Trabalho e Polícia Legislativa e 8) Línguas.

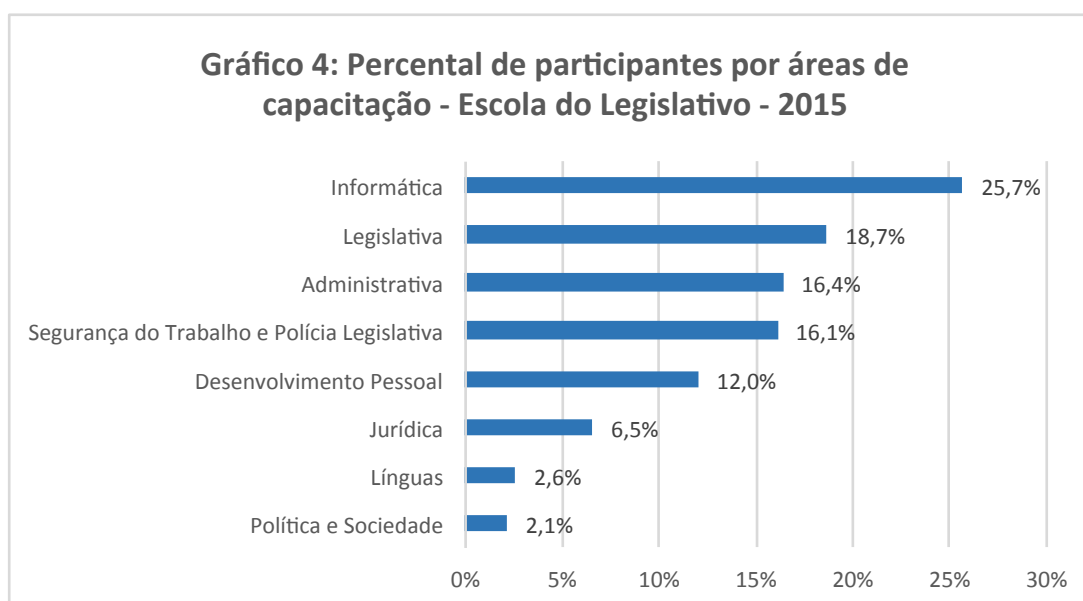
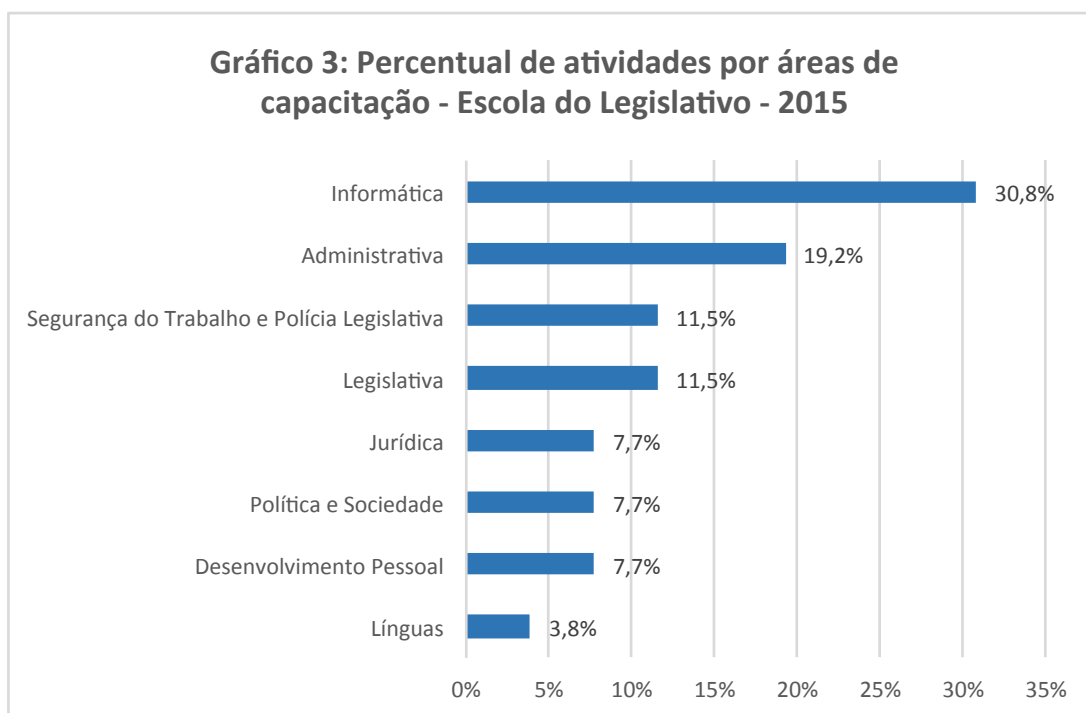
A divisão de atividades de capacitação em áreas constitui uma mera organização administrativa para melhor orientar o planejamento destas. Não possui como motivação a perspectiva de separações epistemológicas ou mesmo de perceber essas como áreas de conhecimento independentes ou excludentes.

Diversas atividades de capacitação aglutinaram temas de áreas diferentes, a exemplo do Seminário de noções básicas para o bom assessoramento parlamentar, realizado em 24 de fevereiro de 2015, no qual, em três palestras distintas, foram abordados temas das áreas legislativa, administrativa, jurídica

¹¹ Todas as atividades mencionadas nesse relatório possuem relatórios específicos e detalhados, disponíveis no portal da Escola do Legislativo (<http://al.go.leg.br/instituicao/escolalegislativo>).

e financeira, fruto da colaboração da Procuradoria Geral, da então Diretoria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Controle Interno.

Apenas por motivos organizacionais, considerando a necessidade de construir uma visão geral das atividades educativas voltadas para os servidores da Assembleia, esse relatório considerará em sucinta exposição as referidas atividades inseridas por área de prevalência.



Como pode ser observado no gráfico 3, tratando da proporção de atividades realizadas segundo as áreas temáticas consideradas pela Escola

do Legislativo, em 2015 houve maior realização de atividades relacionadas à informática, representando cerca de 31% do total, com oito atividades realizadas, incluindo nessa os treinamentos de sistemas próprios da Assembleia Legislativa.

O gráfico 3 indica a área administrativa como a segunda maior em número de atividades, representando cerca de 19% do total, com cinco atividades realizadas. Em seguida, observa-se as áreas legislativa e a de segurança do trabalho e polícia legislativa, representando 11,5% das atividades, com a realização de três atividades voltadas para cada área.

O gráfico 4, que apresenta a distribuição dos participantes em atividades de capacitação organizadas pela Escola do Legislativo em 2015, aponta a área de informática como a de maior público, representando cerca de 26% do total de participantes, com 359 pessoas.

O mesmo gráfico apresenta a área legislativa como área com segundo maior público, representando cerca de 19%, com 261 participantes, seguida pelas áreas administrativa e de segurança do trabalho e polícia legislativa, representando cerca de 16%, com a participação de 229 pessoas em cursos com prevalência da área administrativa e 225 na área de segurança do trabalho e polícia legislativa.

3.1. Informática

Essa foi a área com o maior público entre as atividades de capacitação realizadas pela Escola do Legislativo, correspondendo a mais de um quarto da participação de servidores no total das atividades realizadas, cerca de 26%, totalizou oito atividades, incluindo na área de informática os treinamentos para utilização de sistemas próprios da Assembleia Legislativa.

As atividades classificadas nesta área são aquelas voltadas para atividade-meio da Assembleia Legislativa, correspondendo tanto à capacitação em programas (*softwares*), como aos treinamentos de sistemas desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação, o que resultou em frutíferas parcerias entre a Escola do Legislativo e a mencionada secretaria.

Considerando essa classificação, a área de informática resultou na realização de quatro cursos distintos, havendo mais de uma edição em alguns destes, a saber:

- Treinamento para o Sistema de Gerenciamento de Atividade Parlamentar - SGAP, realizado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da

Informação, no laboratório de informática, nos dias 13, 20 e 27 de março;

- Treinamento para o Sistema de Gestão de Pessoas (capacitação de chefias), realizado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Recursos Humanos, na Escola do Legislativo e no laboratório de informática, nos dias 1º e 8 de junho;

- Treinamento para o Sistema de Gestão de Pessoas (capacitação de servidores), realizado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Recursos Humanos, na Escola do Legislativo, no dia 15 de junho;

- Curso básico de digitação, realizado no laboratório de informática, em três edições, a primeira entre os dias 17 e 21 de agosto, a segunda entre os dias 19 e 23 de outubro e a terceira entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro;

- Treinamento para o Sistema de Gestão de Processos e Documentos – SGPD, realizado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, no laboratório de informática, em duas edições, a primeira realizada em 28 de agosto e a segunda em 2 de outubro.

A realização de treinamentos em sistemas desenvolvidos pela própria Assembleia Legislativa possuem estratégica importância na difusão e melhor utilização dos referidos sistemas, colaborando com a informatização e formalização das informações e procedimentos da Casa.

3.2. Legislativa

Apesar de não ser a área de maior quantidade nas atividades de capacitação realizadas pela Escola do Legislativo no ano de 2015, representou 12% do total de atividades. Essa temática esteve presente em vários outros cursos, a exemplo da Semana de Integração, da Oficina sobre Direitos Humanos e Cidadania e do Seminário de noções básicas para o bom assessoramento parlamentar.

Contudo, a participação dos servidores em capacitações nesta área, significou o segundo maior público em capacitações do ano de 2015, totalizando 261 participantes, cerca de 19% do total.

As atividades de capacitação classificadas nesta área são aquelas voltadas para atividade-fim da Assembleia Legislativa e possuem seu conteúdo associado à temática, com o predomínio de assuntos vinculados à

técnica, à competência, à legislação, ao processo e aos procedimentos legislativos.

Considerando a prevalência da área legislativa nas atividades realizadas, pode-se observar a realização de três atividades, a saber:

- Curso de noções básicas sobre atividade parlamentar, realizado em parceria com a Procuradoria Geral, no Auditório Costa Lima, em 24 de fevereiro;

- Curso de Redação e Técnica Legislativa, realizado em parceria com a Procuradoria Geral, no Auditório Solon Amaral e na Escola do Legislativo, em 16 e 20 de novembro;

- Curso de Processo Legislativo e Comissões Parlamentares, realizado em parceria com a Diretoria Legislativa, no Auditório Costa Lima, em 23 de novembro.

Pretende-se a ampliação de atividades especializadas na área legislativa para o próximo ano, no intuito de envolver mais servidores enquanto instrutores desta área, considerando o conhecimento teórico e prático que possuem, com vistas a ampliação de atividades de capacitação voltadas para a atividade-fim da Assembleia Legislativa, bem como a produção de conhecimento especializado, em médio e longo prazo.

3.3. Administrativa

As atividades de capacitação da área administrativa representaram cerca de 19,2% do total dessas atividades, somando 229 participações de servidores, o que corresponde a cerca de 16% do total de participações em 2015.

As atividades de capacitação classificadas nesta área são aquelas voltadas para atividade-meio da Assembleia Legislativa. Nessas atividades houve a predominância temática de assuntos ligados à administração e gestão pública ou especificamente da própria Assembleia.

Considerando a área administrativa, destacamos cinco atividades, a saber:

- Seminário de noções básicas para o bom assessoramento parlamentar, realizado em parceria com a Procuradoria, Secretaria de Tecnologia da Comunicação e Secretaria de Controle Interno, realizado no Auditório

Costa Lima, em 24 de fevereiro;

- Mesa redonda sobre o Sistema de Gestão de Pessoas, moderada pela Escola do Legislativo, com a participação da Procuradoria Geral, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Recursos Humanos, realizada na Escola do Legislativo, em 27 de maio,

- Curso de qualidade de atendimento ao público (curso piloto), realizado na Escola do Legislativo, nos dias 9 e 11 de junho;

- Semana de Integração, com a colaboração da Procuradoria, Diretoria Legislativa, Secretaria de Recursos Humanos e Secretaria de Tecnologia da Informação, realizada em duas edições, a primeira, entre 3 e 6 de novembro e, a segunda, entre 24 e 26 de novembro e em 1º de dezembro.

3.4. Segurança do Trabalho e Polícia Legislativa

Assuntos ligados à segurança e saúde do trabalho ou à polícia do legislativo destacou-se como a quarta área de maior público participante nas atividades de capacitação organizadas pela Escola do Legislativo em 2015.

Deve-se observar que as capacitações técnicas e especializadas ligadas à segurança e saúde do trabalho, várias destas obrigatórias por norma, possuem profissionais competentes e dedicados na Secretaria de Recursos Humanos, mais especificamente na Seção Especial de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, que coordenam e supervisionam programas e projetos específicos com esse intuito.

Para atender às demandas apresentadas, por capacitação, pela Secretaria de Polícia Legislativa, considerando a especialidade do conhecimento envolvido e a necessidade de equipamentos para tanto, a Escola do Legislativo, não conseguindo atender esta demanda, conseguiu junto à Escola Superior de Polícia Civil do Governo do Estado de Goiás a colaboração adequada para que realizasse a capacitação destes servidores.

As atividades organizadas pela Escola do Legislativo nessa temática, no corrente ano, foram em sua maioria generalistas, tratando-se de cursos livres, sem relação direta com atividade ou cargo específico, possuindo

como público-alvo os servidores da Casa em sua totalidade.

Considerando a área de segurança do trabalho e polícia legislativa, destacamos três atividades, a saber:

- Palestra de direção defensiva e legislação de trânsito, realizada com a colaboração da Secretaria Municipal de Trânsito, da Prefeitura de Goiânia, na Escola do Legislativo, em 25 de março;

- Seminário sobre procedimentos e orientações para situações de emergência, realizado com a colaboração do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Goiás, no Auditório Costa Lima, em 10 de abril;

- Curso de Introdução à saúde e segurança no trabalho, em parceria com a Seção Especial de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, da Secretaria de Recursos Humanos, no Auditório Costa Lima, em 25 de agosto.

3.5. Desenvolvimento Pessoal

As atividades de capacitação da área de desenvolvimento pessoal tratam de temas ligados ao desenvolvimento biopsicossocial dos servidores, contribuindo para seu aperfeiçoamento enquanto indivíduo, cidadão e servidor público.

Essa área foi responsável pelo quinto maior público entre os participantes das atividades de capacitação da Escola do Legislativo. A seguir, destacamos duas atividades:

- Curso de administração de finanças pessoais, realizado em parceria com a Diretoria Financeira, no Auditório Solon Amaral, 21 de setembro;

- Ciclo de Palestras: Mídias sociais – oportunidades e desafios e Administração do tempo, realizado em colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Estado de Goiás – SENAC/GO, no Auditório Solon Amaral, em 26 de novembro.

3.6. Jurídica

Essas atividades de capacitação, classificadas como da área jurídica, se distinguem das demais por possuírem a temática voltada para aspectos

princípios ou doutrinários do Direito ou que visem a capacitação em legislação especializada considerando sua aplicação.

A seguir, destacamos duas atividades:

- Palestra sobre fundamentos e princípios do Direito Administrativo, realizada pelo Professor Me. Fabrício Vieira dos Santos, da Faculdade Sul - Americana – Fasam, no Auditório Costa Lima, em 24 de setembro;

- Curso de Licitações e Contratos, curso *in company* realizado pelo Instituto de Direito Administrativo de Goiás – IDAG, na Escola do Legislativo, entre os dias 23 e 25 de novembro.

3.7. Línguas

Diante da significativa manifestação de servidores pela realização de cursos de língua inglesa e portuguesa, inclusive se destacando em enquete realizada pela Escola do Legislativo no mês de maio de 2015, apontado como principal interesse por 16% dos consultados.

A Escola do Legislativo teve a iniciativa de estabelecer parcerias ou convênios¹² para a oferta de cursos de língua portuguesa e inglesa, contudo não foi possível oferecê-los ao longo de 2015.

No corrente ano apenas uma atividade de capacitação realizada poderia ser classificada na área de línguas. Destaca-se a Oficina de Língua Brasileira de Sinais – Libras, realizada na Escola do Legislativo, em 25 de setembro.

3.8. Política e Sociedade

Com poucos cursos realizados na área de Política e Sociedade ao longo de 2015, a Escola do Legislativo pretende organizar novas e diversificadas atividades nessa área ao longo do próximo ano.

Visando contribuir para a capacidade crítica e reflexiva, com assuntos ligados ao Poder Legislativo, de maneira geral ou focalizado em aspectos particulares de Goiás, essa temática pretende promover atividades de

¹² Estudo de viabilidade de receber estagiários do curso de licenciatura em Língua Portuguesa/UFG, de 27/05/2015, processo administrativo n. 2015001839. Contratação de curso de português, de 01/07/2015, processo administrativo n. 20015002331. Contratação de instituição especializada na capacitação profissional e no ensino de língua portuguesa, de 03/07/2015, processo administrativo n. 2015002353. Parceria com o Centro de Línguas da Faculdade de Letras/UFG, para oferecer curso inglês, níveis I e II, de 06/07/2015, processo administrativo n. 2015002372.

capacitação com profissionais de diversas áreas, a exemplo da Ciência Política, Sociologia, Antropologia, História, Economia, entre outras.

A seguir, destacamos duas atividades realizadas em 2015:

- Oficina sobre Direitos Humanos e Cidadania, realizada na Escola do Legislativo, em 26 de março;

- Curso de Direitos Humanos e Cidadania, realizado na Escola do Legislativo, em 28 de agosto e 1º de setembro.

A seguir, são relacionadas as atividades de capacitação de servidores realizadas pela Escola do Legislativo ao longo de 2015.

Tabela 2: Capacitação de Servidores - Escola do Legislativo - 2015						
n.	Atividade	Público-alvo	Período	Turma	Carga horária	Participantes ¹
1	Seminário de noções básicas para o bom assessoramento parlamentar	Chefes de gabinete, assessores parlamentares e demais servidores	24/fev.	1	3	162
2	Curso básico sobre atividade parlamentar	Deputados, chefes de gabinete, assessores parlamentares e demais servidores incumbidos da atividade parlamentar.	9/mar.	1	6	170
3	Palestra: Direção Defensiva e Legislação de Trânsito	Servidores da Seção de Transporte	25/mar.	1	2	27
4	Oficina sobre Direitos Humanos e Cidadania	Servidores da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa e do Gabinete do Presidente da Comissão Deputado Renato de Castro e demais servidores	26/mar.	1	3	8
5	Treinamento para o Sistema de Gerenciamento de Atividade Parlamentar - SGAP	Servidores de gabinetes, especialmente que atuam no atendimento ao público e no assessoramento parlamentar	13/mar., 20/mar. e 27/mar.	6	1	65
6	Seminário sobre Procedimentos e Orientações para Situações de Emergência	Polícia Legislativa, Serviços Especiais de Engenharia de Segurança e de Medicina do Trabalho-Sesmt, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-Cipa, Brigada de Incêndio da Assembleia Legislativa e Assistência da Polícia Militar.	10/abr.	1	3	109

n.	Atividade	Público-alvo	Período	Turma	Carga horária	Participantes ¹
7	Mesa Redonda sobre Sistema de Gestão de Pessoas	Instrutores e servidores que atuam com o Sistema de Gestão de Pessoas	27/mai.	1	2	10
8	Treinamento para o Sistema de Gestão de Pessoas (Capacitação de chefias)	Chefias de Gabinete e da Secretaria da Casa	1º e 8/ jun.	8	1	63
9	Curso de qualidade de atendimento ao público (piloto)	Escola do Legislativo	9 e 11/ jun.	2	8	26
10	Treinamento para o Sistema de Gestão de Pessoas (Capacitação de servidores) ²	Demais servidores de Gabinete e da Secretaria da Casa	15/jun.	6	1	101
11	Curso básico de digitação (1ª edição)	Servidores da Assembleia em geral.	17 a 21/ ago.	10	2	44
12	Curso de Introdução a Saúde e Segurança no Trabalho	Secretaria de Recursos Humanos e Escola do Legislativo	25/ago.	1	4	89
13	Curso de Direitos Humanos e Cidadania	Servidores da Assembleia em geral.	28/ago. e 1º/set.	2	6	22
14	Treinamento para o Sistema de Gestão de Processos e Documentos - SGPD	Assessoria da Diretoria Geral; Seção de Protocolo; Seção de Registro e Cadastro; Divisão de Compras; Comissão Permanente de Licitação; Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais e Secretaria de Controle Interno.	28/ago.	2	3	17
15	Curso de Administração de Finanças Pessoais	Servidores da Assembleia em geral.	21/set.	2	2	127
16	Palestra: Fundamentos e Princípios do Direito Administrativo	Servidores da Assembleia em geral.	24/set.	1	2	62

n.	Atividade	Público-alvo	Período	Turma	Carga horária	Participantes ¹
17	Oficina de Língua Brasileira de Sinais - Libras	Servidores da Assembleia em geral.	25/set.	2	3	36
18	Treinamento do Sistema de Gestão de Processos e Documentos - SGPD (2ª edição)	Servidores da Assembleia em geral.	2/out.	4	2	16
19	Curso básico de digitação (2ª edição)	Servidores da Assembleia em geral.	19 a 23/out.	10	2	32
20	Semana de Integração (1ª edição)	Servidores empossados - Concurso 2015	3 a 6/nov.	1	16	11
21	Curso de Redação e Técnica Legislativa	Diretoria Parlamentar, na Diretoria Legislativa e na Procuradoria	16 e 20/nov.	2	6	53
22	Curso de Licitação e Contratos	Divisão de Compras; Divisão de Gestão de Projetos, Processos e Planejamento; Divisão de Infraestrutura; Divisão de Ambientação, Projetos e Obras; Comissão Permanente de Licitação; Assessoria da Diretoria Geral; Divisão Administrativa; Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais; e Controle Interno.	23 a 25/nov.	1	16	29
23	Curso de Processo Legislativo e Comissões Parlamentares	Secretários das Comissões Permanentes e Assessores Parlamentares.	23/nov.	1	3	38
24	Semana de Integração (2ª edição)	Servidores empossados - Concurso 2015	24 a 26/nov. e 1º/dez.	1	24	20

n.	Atividade	Público-alvo	Período	Turma	Carga horária	Participantes ¹
25	Ciclo de Palestra: Mídias Sociais - Oportunidades e Desafios e Administração do tempo.	Servidores da Assembleia em geral.	26/nov.	1	3	41
26	Curso básico de digitação (3ª edição)	Servidores da Assembleia em geral.	30/nov., e 4/dez.	10	2	21
Total				79	126	1.399

Notas Tabela 2:

¹ Foram considerados no quantitativo de participantes apenas aqueles que cumpriram 75% da carga horária.

² Atividade 10: a terceira etapa do Treinamento para o Sistema de Gestão de Pessoas, foi originariamente planejada para 45 minutos.

4. Integração com outras Casas Legislativas



4. Integração com outras Casas Legislativas.

Atendendo ao que prevê o Regimento Interno da Escola do Legislativo, em seu art. 2º, V, que versa sobre os seus objetivos, especificamente o inciso do dever de promover a integração entre as Casas Legislativas¹³, foram realizadas diversas atividades que visaram aproximar, trocar experiências e conhecer a trajetória das Escolas do Legislativo, reconhecidas como “modelo” para outras Casas, objetivando absorver inteligências e encurtar caminhos, quando da elaboração e execução de projetos e cursos relevantes para a Escola.

Para tanto, cinco visitas institucionais foram feitas, cronologicamente descritas abaixo:

Visita institucional ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Escola do Legislativo da Câmara dos Deputados, Brasília – DF, em 13 de maio de 2015;

Visita institucional ao Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), Escola do Legislativo do Senado Federal, Brasília – DF, em 13 de maio de 2015;

Participação no XXV Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, ocorrido nos dias 10, 11 e 12 de junho na cidade de Vitória/ES, evento paralelo que integra a Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – CNLE, organizado pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE;

Visita institucional à Escola de Governo Henrique Santillo, vinculada ao Poder Executivo Goiano, Goiânia-GO, em 19 de agosto de 2015;

Visita institucional à Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, em 09 e 10 de novembro de 2015.

Como mencionado, as visitas possibilitaram uma maior interação, aproximação, trocas de experiências, debates sobre os projetos bem-sucedidos (e a possibilidade de execução em nossa realidade) e reflexões sobre

¹³ Ato da Mesa Diretora de 28 de março de 2011, - Diário da Assembleia – Órgão do Poder Legislativo do Estado de Goiás, n. 11.252, de 10 de agosto de 2011, p.21-28.

os desafios para a construção de uma Escola que possa atender as demandas atuais do Poder Legislativo, dentre outros.

As visitas influenciaram diretamente na forma como pensamos a Escola para o ano de 2015, desde o planejamento até a execução de cada atividade, criando um novo fluxo de trabalho e propondo soluções mais adequadas para que se atinja as finalidades da Escola.

Como produto das visitas, temos duas solicitações em andamento de convênios de cooperação técnica entre as Casas Legislativas (com o Cefor e com o ILB), apenas aguardando o andamento processual¹⁴ nas Casas para que sejam firmados. Assim que celebrados, eles permitirão que os servidores da Assembleia Legislativa tenham acesso ao total de 64 cursos (entre capacitações de diversas áreas por EAD, especializações e mestrado), bem como a oferta de instrutores para palestras de interesse da Casa.

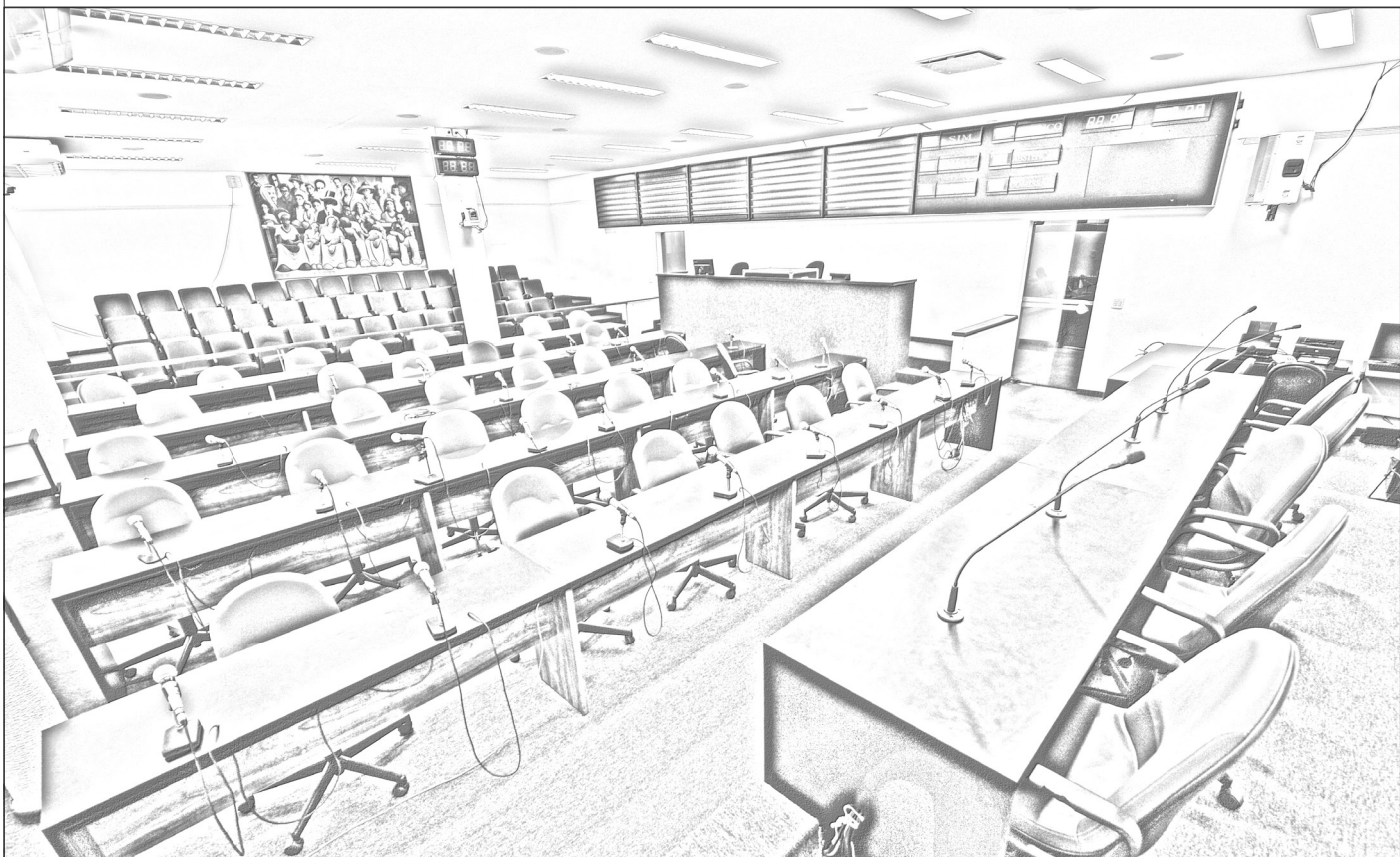
Tivemos, ainda, o apoio do Senado Federal ao projeto “Escola no Legislativo”, de autoria da Seção de Projetos Especiais da Escola, ofertando aos alunos participantes um exemplar da Constituição Federal, apoio intermediado pelo presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, que é servidor da gráfica do Senado, após contato mantido na XXV Encontro da ABEL, ocorrido nos dias 10, 11 e 12 de junho na cidade de Vitória/ES.

Outro apoio que tivemos, desta vez por parte da Escola de Governo Henrique Santillo, do Poder Executivo Goiano, fruto também de uma visita institucional, foi a cessão de sala de aula para a realização de atividades da segunda edição da Semana de Integração, direcionada à instrução de novos servidores aprovados no concurso público de 2015. Esse apoio foi fundamental para a execução do referido curso, por nossas instalações estarem ocupadas na ocasião com outras atividades de capacitação.

Pelo exposto, acreditamos ser profícua e necessária a manutenção dessa agenda de interação entre as Casas Legislativas, por entendermos que ela fortalece a Escola do Legislativo e promove o alcance de suas finalidades essenciais, o de realizar a qualificação dos servidores e aprofundar a aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade.

¹⁴ **Cefor** – Processo Administrativo nº 2015001859, de 27/05/2015 e **ILB** – Processo Administrativo nº 2015001832, de 27/05/2015.

5. Outras atividades



5. Outras atividades

5.1. Reestruturação da Biblioteca da Escola

Outro meta estabelecida para o ano de 2015 pela Diretoria da Escola do Legislativo foi a de reestruturar e reabrir a Biblioteca, hoje vinculada à Seção Administrativa.

Para tanto, o acervo foi reclassificado (de acordo com o padrão “Classificação Decimal de Dewey ou CDD”), recontado, etiquetado e reorganizado (físico e digitalmente). Ele foi transferido para uma sala de entrada da Escola e está em fase final de organização para a reabertura da Biblioteca, prevista para fevereiro de 2016. O que entendemos representar uma conquista para todos os servidores, pois possibilitará a consulta, o empréstimo e a oferta de um espaço para leitura e estudo.

5.2. Mudança do Laboratório de Informática para a Escola do Legislativo

Ferramenta extremamente importante para a realização de cursos EAD, de pesquisas, de trabalhos institucionais e de treinamentos de sistemas e programas, o laboratório de informática, antes situado na Secretaria de Recursos Humanos, foi transferido no primeiro semestre deste ano para a sede da Escola do Legislativo, a pedido da Diretoria da Escola.

O espaço conta com seis computadores, um notebook, um data show, uma televisão e uma mesa para o instrutor dos cursos. Há, também, um servidor responsável pela organização e guarda dos equipamentos, além de estagiários que atuam como monitores em cursos realizados no espaço.

5.3. Proposta de Revisão do Regimento Interno da Escola do Legislativo

Com o propósito de adequá-lo às necessidades da Escola, objetivando construir assento legal para transformar a Escola do Legislativo em um centro de formação, foi elaborada uma proposta de revisão do Regimento

Interno, iniciativa que contou com a participação da Procuradoria da Casa. Depois de concluído, esse documento foi encaminhado ao Presidente da Casa, Deputado Helio de Sousa, e despachado ao Diretor-Geral, Dr. Fabiano Gomes de Oliveira, para que tome as providências regimentais de apresentação e tramitação.

5.4. Participação em audiência pública do Conselho Estadual de Educação – CEE, sobre a regulamentação das Escolas de Governo

Em 31 de agosto de 2015, na sede da Escola Superior da Polícia Civil, a Escola do Legislativo, representado pelo seu Diretor, Carlos Henrique Santillo, e os demais chefes das seções, participou da 2ª audiência promovida pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, que buscou ouvir e colher sugestões para a construção de uma proposta de resolução que normatizaria o credenciamento das Escolas de Governo no Sistema Educativo de Goiás.

Na oportunidade, oferecemos sugestões que foram posteriormente acolhidas na Resolução CEE/PLENO n. 06, de 18 de outubro de 2015, especificamente no artigo 9º, que fala sobre a oferta dos cursos livres. Logo, entendemos como bastante profícua a participação da Escola, pois contribuímos com a construção de um documento relevante, além de termos realizado interações e trocas de experiências com outras Escolas de Governo.

5.5. Capacitação da Polícia Legislativa

Tendo em vista a necessidade de conhecimentos especializados e de instalações físicas à altura das demandas de capacitação da Polícia Legislativa, a Escola do Legislativo procurou a Escola Superior de Polícia Civil do Governo do Estado de Goiás (ESPC) e foi atendida em várias capacitações – apoio que foi intermediado pela Diretoria de Articulação Política, dirigida pelo ex-Deputado Estadual Marcos Martins.

De forma solícita, o diretor da ESPC, Dr. Daniel Diniz Adorni, autorizou a capacitação dos servidores da Polícia Legislativa em treze cursos, a saber: Atendimento ao Público e Encaminhamento de Demandas; Relações Humanas (Atendimento ao Público); Gerenciamento de Crises; Motivação de Equipes; Planejamento Operacional; Relações Humanas (Liderança Policial); Contraineligência; Abordagem e Imobilização I; Defesa Pessoal;

Escolta e Segurança; Direção Defensiva; Abordagem e Imobilização II; e Segurança de Dignitários.

Os mencionados cursos são ministrados, coordenados e certificados pela ESPC, iniciando as capacitações no presente ano e continuando em 2016. Em 2015, houve duas turmas do curso de Defesa Pessoal, a primeira com 21 servidores, nos dias 26 e 27 de novembro, e a segunda com 27 servidores, nos dias 10 e 11 de dezembro.

5.6. Outras mudanças organizacionais

Com fins de registro, destacam-se algumas mudanças relevantes ocorridas no modo de trabalho da Escola, especialmente na formalização, padronização e documentação de seus procedimentos:

- Elaboração de um fluxograma de aprovação e execução dos cursos;
- Documentação e formalização de todos os atos, como: registro de atas das reuniões do Conselho Escolar, projetos e relatórios de cursos e elaboração de documentos dentro dos padrões de redação oficial;
- Elaboração de um diagnóstico da Escola do Legislativo – Fevereiro/2015;
- Estruturação da rede sem fio, para conectar à rede da Assembleia Legislativa (Corp-Aleg);
- Criação de pasta institucional, para guarda e segurança dos arquivos digitais da Escola.

Agradecimento aos Colaboradores



Agradecimento aos Colaboradores

A Escola do Legislativo agradece a colaboração de todos os servidores da Assembleia Legislativa que colaboraram enquanto instrutores das atividades de capacitação e educação para a cidadania ao longo de 2015. A todos nossa mais sincera homenagem.

Adriana de Carvalho Froes Matta

Anna Carolina de Oliveira Norbiato

Fabio Fazzion

Fabrizio Cabral de Lacerda

Francisco Edison Sampaio

Gabriel Ricardo Jardim Caixeta

Hernesto Lins Pimentel Carneiro

Igino Lucas Oliveira

João Paulo Antunes da Silva

José Nicolas Andraos

Kelley Marques

Leandro Rezende Carneiro de Mendonça

Luiz Roberto Boettcher Cupertino

Maira Luciene de Souza Melo

Mauricio Barbosa Paranaguá

Miguel Donizete Gusmão Filho

Murilo Teixeira Costa

Regiani Dias Meira Marcondes

Renato Alves Figueiredo

Ruth Barros Pettersen da Costa

San Thiago Garcia de Araújo

Saulo Caetano Coelho

Vanuzia Maria de Oliveira

Wagner Alves Arantes

Equipe Técnica



Equipe Técnica - 2015

Aos servidores que em 2015 colaboraram com a realização das atividades de capacitação e educação para a cidadania nossos sinceros agradecimentos.

Anadrielle Garcez Berft	Isabelle Giammaria Melo
Ana Paula Garcia Abreu Silva	Italo Henrique R. de Andrade
Anelisa Mendonça Lemes	Igor Araújo Jaime
Angelita Martins Garcia	João Paulo Oliveira Neves
Arnaldo Perigo de Souza	Jaqueline Batista Ribeiro
Arthur Rezende Silva	Kelley Marques
Cinthia Rodrigues Lopes	Lara Rodrigues Campos
Cláudia Maria Bastos Mendes	Laura Fernandes Mendes
Daniel Vieira Figueiredo	Luciana Renata Verçosa
Debora Cristina Pinheiro de Morais	Marcos Antônio Borges
Denise Xavier Lemes	Marcos Phillipe Capingote Barcelos
Elias Moraes de Souza Junior	Maria Angélica Araújo
Elivane Rosa Cardoso	Melissa Gonçalves Brandão
Elizabeth Couto da Costa	Natalia Borges Naves
Enésia Sirlhe de Oliveira	Paulo Gonçalves Rosa Neto
Fabrizzio Cabral de Lacerda	Paulo Henrique de Oliveira Souza
Gabryelle Amaral	Pedro Henrique B. de Andrade
Gilca de Carvalho	Saulo Lopes de Moraes Neto
Gislene da Silva Sampaio	Suraya Said Badreddine
Giuseppe Galileu Guedes Vecci	Tassiana Almeida Rezende
Glauce Aparecida Corrêa Dutra	Thaynara Ferreira Camara
Isabel Figueiredo de Carvalho Nogueira	Thiago Cardoso Abreu
	Thiago Rocha de Araujo



**Escola do
Legislativo**
Estado de Goiás



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA